



FILHOS DE IMPÉRIO E PÓS-MEMÓRIAS EUROPEIAS  
CHILDREN OF EMPIRES AND EUROPEAN POSTMEMORIES  
ENFANTS D'EMPIRES ET POSTMÉMOIRES EUROPÉENNES

Sábado, 14 de setembro de 2019



*Kanimambo* | 1998 | [Ângela Ferreira](#) (cortesia da artista)

## À ESPERA DO *PRÓXIMO FUTURO*

Margarida Calafate Ribeiro

Nos últimos anos, uma série de acontecimentos e controvérsias trouxeram para a Europa e para Portugal o impropriamente chamado “regresso do passado colonial”, mais ou menos silenciado desde os tempos das descolonizações, com todos os movimentos populacionais do chamado retorno, de colonos, funcionários, militares das antigas colónias africanas em pleno período revolucionário de 1974-75. Era o fim de uma era para Portugal, o princípio de outra. À parte os romances que retratavam a realidade do que tinha sido a Guerra Colonial, o silêncio foi a marca dos anos 80 e 90 do século passado, relativamente a este passado recente português.



Hoje, o que vemos na verdade não é o regresso do passado colonial, mas o início do debate entre esse tempo marcado pela dominação colonial e as relações sociais contemporâneas em sociedades herdeiras desses passados coloniais na Europa. Sejam debates sobre a continuidade de um olhar colonial europeu, sobre o reconhecimento público da memória da escravatura e do colonialismo, sobre a discriminação étnico-racial, sobre o lugar da religião, do Islão na Europa em particular e dos contornos do secularismo, ou sobre o drama dos refugiados no Mediterrâneo, é sempre o peso da história colonial portuguesa e europeia que é questionado, medido, aferido. Protagonizados pelas gerações seguintes, ou seja pelos herdeiros desse passado colonial europeu, a maioria das vezes sem memória própria desse tempo que já não viveram, estes são os debates e são eles que hoje tomam a palavra.

Estes herdeiros, são os filhos dos anos 90, em que Portugal exibia para si e para o mundo a Expo 1998, que decorreu em Lisboa de 22 de Maio a 30 de Setembro de 1998, e que foi responsável pela reurbanização e recuperação total da parte oriental de Lisboa, hoje um bairro de classe média, serviços e entretenimento cuja toponímia recorda os grandes navegadores e as terras de além-mar. Com a sua mitologia universalista – baseada na riqueza dos oceanos – ancorada na aventura marítima portuguesa, e com um enorme impacto pela dimensão, meios envolvidos, cosmopolitismo e programação, a Expo inaugura em Lisboa uma nova época de programação e das comemorações lideradas pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, como fica visível no lema que lançou a própria Expo 98, “os oceanos – uma herança para o futuro”. Como hoje podemos ver, estes foram os momentos iniciais do pós-colonialismo português, momentos em que como portugueses, nos confrontamos com a incapacidade de transformar a narrativa com que tínhamos efetivamente marcado a história do mundo, e nos deixamos surpreender pela reação dos países anteriormente colonizados por Portugal a estas propostas comemorativas. O Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde ou Goa não aderiram entusiasticamente às comemorações dos “Descobrimentos”, iniciadas em 1998 com a celebração da descoberta do caminho marítimo para a Índia, desenvolvidas pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Como recordamos, no momento em que Portugal, e com ele o Ocidente, quis comemorar a chegada dos portugueses à Índia celebrada por Luís de Camões em *Os Lusíadas*, os indianos mostraram outras fontes historiográficas – recordemos, por exemplo, o incómodo que causou o livro de Sanjay Subrahmanyam, *The Career and Legend of Vasco da Gama* – e as outras visões dessa chegada. Portugal quis também comemorar as chegadas ao longo da costa africana e não havia muito a comemorar; quis comemorar Pedro Álvares Cabral e Colombo e os cinco séculos da sua descoberta da América e, como bem viu Eduardo Lourenço, a América quis “matar Colombo”, não apenas pela mão daqueles que a chegada de Colombo exterminou, mas também por aqueles que a aventura de Colombo trasladou de África para a América e da Europa para o Novo Mundo. Como advertiu o ensaísta

em “A morte de Colombo”, não se tratava do fim da História, mas de uma mudança da ordem da História, e do fim do Ocidente como mito, ou seja, como a luz do mundo que julgava ser quando chegou às terras de Porto Seguro, no Brasil (1). Tratava-se da emergência de outras narrativas protagonizadas e vocalizadas por outros sujeitos etno-culturais, senhores de outros arquivos e outras memórias de uma história aparentemente comum. Era o início do momento de “re-des-cobrir” o que esses “Descobrimientos” univocamente pronunciados e celebrados, tinham deixado encoberto.

E é assim que o mesmo país que, no furor do momento revolucionário, saído de 25 de Abril de 1974, tinha renomeado o chamado “Bairro das Colónias”, em Lisboa, com os nomes dos países recentemente independentes e os seus líderes, se deixa ir ao ritmo possível do espanto e do choque historiográfico e narrativo e celebra a Expo, num modelo fortemente inspirado, do ponto de vista da sua conceção, na Exposição Universal de Sevilha, 1992. Mas, apesar da narrativa em que a Expo celebra a mudança que as viagens portuguesas trouxeram ao mundo e à Europa, apesar da sua escala de inovação e dinâmica, a Expo assinala também a crise narrativa que o nosso tempo pós-colonial trazia já em si e que se tornaria sucessivamente visível em Portugal e na Europa. Perturbadoramente, na Expo 98, Ângela Ferreira, uma artista nascida em Moçambique e pioneira na problematização da questão colonial e das suas heranças, inscrevia na calçada portuguesa da Expo o título da sua obra “Kanimambo” que, em changana, língua do sul de Moçambique, significa “obrigada”, assinalando assim, e com o “estaleiro-instalação” que a obra evoca, um agradecimento a quem construiu a Expo a partir de baixo: os muitos trabalhadores africanos, que com os seus corpos, as suas culturas, as suas músicas trouxeram à Expo e a Lisboa um cosmopolitismo perturbador, diferenciado, mas invisível para as Comemorações dos Descobrimientos.

A Comissão continuou o seu trabalho, com exposições marcantes, a publicação de obras fundamentais há muito esgotadas e o estímulo à publicação de obras inovadoras como os cinco volumes da *História da Expansão Portuguesa*, organizada por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, que dava início a uma revolução na historiografia portuguesa relativa à expansão, à colonização e à descolonização ao iniciar uma reflexão sobre as memórias do império e a sua integração na história europeia. Simultaneamente, começavam a surgir algumas pioneiras emissões televisivas e publicações jornalísticas que traziam o tema da Guerra Colonial e, na Assembleia da República, aprovava-se o estatuto do ex-combatente portador de stress pós-traumático. Nas universidades portuguesas assistíamos à consolidação dos estudos das literaturas africanas de língua portuguesa, não apenas numa perspetiva localizada na sua vertente anti-colonialista e de combate, mas enquanto sistemas literários autónomos e na sua dimensão relacional com as literaturas portuguesa e brasileira e com as literaturas do continente. Todavia e, ao mesmo tempo, Portugal desenvolvia o programa educativo “Entre Culturas”, que criava o Secretariado Coordenador dos

Programas de Educação Multicultural, cujo preâmbulo recuperava, de forma espantosa, toda a retórica do encontro propagada pelo Estado Novo e pelo lusotropicalismo (2).

Nos anos 90 começam também a surgir os primeiros livros a abordar de forma ficcional as dores e os fantasmas da questão africana para além das memórias da Guerra Colonial, de que poderia destacar, sem dúvida, o pioneiro *Partes de África*, de Helder Macedo, de 1991, e *O Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes, de 1997. No início do milénio, os primeiros estudos académicos começavam a tratar a questão pós-colonial portuguesa: as reflexões matriciais de Eduardo Lourenço sobre Portugal e a Europa e sobre Portugal e o seu império foram sendo dispersamente publicadas e estão hoje reunidas em *O Colonialismo Como o Nosso Impensado*. Em 1990, Boaventura de Sousa Santos, dialogando com Eduardo Lourenço e a partir da sua reflexão sobre a condição semi-periférica de Portugal posteriormente desenvolvida em *Pela Mão de Alice*, lançava “As Onze Teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal” e, mais tarde, o importante texto “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade” (2002), que despoletou novas reflexões nas diversas áreas dos estudos pós-coloniais. Pela mesma época, em 2003, eu própria e Ana Paula Ferreira organizámos o volume de ensaios *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, que constituiu uma primeira reflexão interdisciplinar sobre as sobrevivências do império no Portugal contemporâneo. No estrangeiro, no âmbito dos Estudos Portugueses, surgem as reflexões pioneiras de Roberto Vecchi, Paulo de Medeiros, Ana Paula Ferreira, Ellen Sapega, Hilary Owen, AbdoolKarim Vakil, Phillip Rothwell, Patrick Chabal, entre outros, e, em Portugal assinalem-se as reflexões de Inocência Mata, Maria Paula Meneses, Miguel Vale de Almeida, Cristiana Bastos e Manuela Ribeiro Sanches, assim como os trabalhos de investigação e de formação avançadas pioneiros do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com a criação do primeiro programa de doutoramento na área “Pós-Colonialismo e Cidadania Global” (2004), do trabalho do CHAM – Centro de Humanidades, da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade.

Na cena musical, essencialmente lisboeta, começam a ouvir-se outras vozes e outros ritmos; Rogério de Carvalho afirmava-se como encenador português negro; começamos a ter acesso aos filmes africanos produzidos em português; Ângela Ferreira e Ana Vidigal (3) apresentavam obras pioneiras sobre o nosso passado colonial que deixaram a crítica mais ou menos muda. Eram obras ainda “inclassificáveis”. Era ainda um tempo entre o luto e o trauma, o silêncio e a crise narrativa, um tempo hesitante como todos os inícios, entre uma mitologia e uma fraseologia lusotropical de profundo enraizamento na sociedade portuguesa e um início de reflexão crítica sobre o passado colonial português e o seu final, numa dimensão comparativa e cosmopolita. Esta é a tensão que ainda hoje caracteriza a linguagem, a política e a crítica portuguesas.



Mas foi sobretudo na dimensão crítica e criativa trazida pelo programa *Próximo Futuro*, da Fundação Calouste Gulbenkian, com programação geral de António Pinto Ribeiro que se dá efetivamente a mudança de sinal, com o alargamento do debate sobre o pós-colonial para outros públicos e com a presença da emergência criativa e pensante do Sul, que ganhou uma visibilidade inteiramente nova. Se alguns programas desta Fundação vinham abrindo este caminho e colocando determinados temas na agenda da programação portuguesa – como em *O Estado do Mundo* (2007), sobre o pensamento contemporâneo com a importante publicação *A Urgência da Teoria*, e com *Distância e Proximidade* (2008), que trazia jovens artistas de diversas proveniências geográficas e culturais, no âmbito do ano do diálogo intercultural – só com *Próximo Futuro* (4) é que a escala da criação contemporânea das geografias do Sul, outrora colonizadas, desembarca em Portugal, não mais numa lógica de visualização das criações de antigos povos colonizados, mas como sujeitos culturais a trazer o debate sobre o pós-colonial e dando a possibilidade de formação e intercâmbio entre jovens artistas portugueses e africanos rumo a um futuro europeu e cosmopolita. São eles que hoje compõem, em grande parte, a cena artística portuguesa internacional relacionada com o que podemos designar genericamente, e de forma muito heterogénea, de uma pós-memória colonial de referência africana, mas que vai muito além disso.



Montagem de toldos em tecido de capulana para *O Estado do Mundo* | 2007 | FCG (foto de arquivo pessoal)

### **Próximo Futuro: um encontro de Portugal com o mundo para o século XXI**

Em Junho de 2019 comemorámos 10 anos do início do Programa *Próximo Futuro* (2009-2015) da Fundação Calouste Gulbenkian, e a 15 de Setembro o seu encerramento. Tratou-se de um programa de “cultura contemporânea dedicado em particular, mas não exclusivamente, à investigação e criação na Europa, em África, na América Latina e Caraíbas” (5), com programação geral de António Pinto Ribeiro. De acordo com o texto inicial do Presidente da Fundação, Rui Vilar, eram objetivos fundamentais do Programa: a internacionalização; a captação da inovação do olhar político e cultural que emergia no mundo contemporâneo com o deslocamento do tradicional eixo do Norte Global, para um eixo Sul Global, onde se anunciavam outros futuros; a colocação de Portugal como plataforma de discussão sobre estes futuros, não mais pela sua história mitologicamente elaborada, mas sim “pela sua história e pela experiência recente de acolher migrantes de múltiplas origens étnicas e culturais.” Tratava-se, ainda nas palavras do Presidente Rui Vilar de, “uma especial oportunidade de desenvolver massa crítica que favoreça a compreensão dos novos fenómenos, contribua para o entendimento mútuo e beneficie das novas dimensões da interculturalidade.” (6) O que estava aqui não era apenas um vocabulário novo, ou uma recombinação de elementos e frases já existentes de outra maneira. Era a possibilidade de colocação de Portugal no mundo global emergente: o mundo saído da descolonização e das suas várias fases, mas também dos conflitos e das mobilidades contemporâneas, da revolução tecnológica, das novas cidades, e da emergência das novas potências criativas de que a recente história da África do Sul, com o fim do Apartheid e a eleição de Nelson Mandela era o maior exemplo, trazendo uma dinâmica libertadora e criativa sem precedentes ao continente e um mundo que, em 2008, elegeria Barack Obama para a Casa Branca.

Estes movimentos visíveis e invisíveis, transparentes ou subterrâneos, levaram a uma nova visão sobre a presença da cultura negra no mundo, em muitos locais para além de África, e do próprio olhar sobre África. A partir de Portugal, que de facto tinha, historicamente, aberto as portas de primeiras globalizações, e olhando o futuro, como realidade e desejo, o programa *Próximo Futuro* abria com uma interrogação. Nas palavras do seu programador-geral:

Podemos intervir no futuro, no próximo futuro? Podemos, certamente. Não no sentido de o determinar, moldar, profetizar, ou encaixar numa utopia ou numa distopia. Mas sabemos que cada um de nós incidentalmente, ou todos em conjunto, nas decisões diárias, nos actos, nos episódios, nas ficções

construídas, nas actualizações do real que produzimos, estamos a interferir no futuro. E, em alguns casos, e para o futuro mais próximo, até estamos habilitados a estabelecer previsões, ou seja, a construir extensões racionalizadas do presente, representações mais ou menos optimistas conforme a avaliação que dele fazemos e conforme o desejo de intervirmos para o acautelar. O futuro existe e, apesar da imprevisibilidade e do acidente, podemos intervir para que nem tudo seja informação sem destinatário, actividade sem desejo de realização. (7)

A opção de programação cultural de António Pinto Ribeiro lançada no título é clara: olhar para o futuro para fazer o presente e compreender o passado e não o seu contrário. Esta é, a meu ver, uma mudança de sinal muito evidente na programação portuguesa até então realizada que, apesar de todas as mudanças políticas, sociais e económicas trazidas pela democracia, raramente conseguiu sublimar o peso do passado e re-imaginar a sua própria realidade para se projetar na Europa e no mundo de forma cosmopolita e pós-colonial. Esta mudança de sinal está bem visível na análise que o programador fazia do mundo nestes primeiros textos: a policentralidade do mundo global, o Sul como produtor e ator artístico, económico, político e de pensamento inovador gerador de significativos pólos culturais: Dakar, Bamako, Ouazzate, Casablanca, Cairo, Addis Abeba, Maputo, Luanda, Kinshasa e, com grande centralidade, Cidade do Cabo, Joanesburgo, S. Paulo, Santiago do Chile, Buenos Aires ou Bogotá.

Neste texto inicial é traçada uma geopolítica do mundo que contemplava outras geografias do conhecimento e da produção artística, em que não apenas as relações Norte-Sul se modificavam, como se tornam visíveis e renovadas as relações Sul-Sul. É algo que na altura se lia como particularmente ligado à globalização, cuja densidade histórica está intrinsecamente ligada ao movimento inicial da descolonização que, a prazo, iria provincializar a Europa e “re-des-cobrir” a potência criativa do Sul. Nos anos 80 a América Latina iniciava multiformes processos de recuperação da democracia, e em África processos de conflito, mas também de formação e emancipação modificavam o continente, de que a libertação de Nelson Mandela, em 1994 foi o exemplo solar e, no mesmo ano, o Ruanda, foi o exemplo trágico. São estes movimentos complexos, de duração e intensidades variáveis, que são intuídos neste texto programático a partir da análise da produção artística em África e na América Latina e, com ela, a identificação de novos centros, saídos dos anos 60, dos momentos das independências com o início das instituições nacionais nos novos países: universidades, com as suas escolas de arte, dança, teatro, literatura, institutos de cinema e televisão, a que se junta o momento criativo de todos os inícios. Acresce ainda que, por razões políticas dos acordos feitos entre os países africanos

recém-independentes e os seus apoiantes, assim como das guerras civis que vitimaram longamente muitos países, muitos jovens africanos, essencialmente das novas elites – mas não só – fizeram a sua formação no estrangeiro, ora em países socialistas, ora mais tarde, com a queda do Muro de Berlim em 1989 e com a abertura, em países ocidentais. Estas mobilidades possibilitaram uma mistura cultural inédita e de um cosmopolitismo de alta intensidade. Praticamente pela mesma altura entrava em muitas casas africanas e da América Latina a televisão internacional, com as parabólicas que iriam preencher as paisagens africanas e latino-americanas e, com elas, a imagem do Ocidente passava a ser consumida pelas novas gerações, já distantes do facto colonial e seduzidas pela abertura, a que a eleições, ainda que muitas vezes musculadas, e o início do multipartidarismo, emprestavam um ar de crença na paz e na potencialidade da democracia como instrumento de desenvolvimento. Em 2009, as novas gerações e as suas produções são já outra coisa e é essa criação, cujos protagonistas têm a idade dos países ou das democracias latino-americanas, que marca o *Próximo Futuro* enquanto espaço de formação, debate, produção e realização. Esse é o momento em que Portugal acerta o seu passo crítico e criativo com a Europa e com o mundo e se encontra com os continentes onde sempre esteve e que urgia re-des-cobrir.

---

(1) Eduardo Lourenço, *A Morte de Colombo: metamorfose e fim do Ocidente como mito*. Lisboa: Gradiva, 2005, p. 16. É importante aqui assinalar que em 1992 a Exposição Universal de Sevilha visava comemorar o quinto centenário da viagem de Colombo, sob o tema geral de “Descubrimientos”.

(2) Ministério da Educação, Despacho Normativo, *Diário da República*, n.º 60/1991, Série I-B de 1991-03-13.

(3) Ângela Ferreira, *Casa Maputo: Um Retrato Íntimo*, Museu de Serralves, Porto (1999); Ana Vidigal, *Penélope, Menina limpa menina suja* (1980-2010), Centro de Arte Moderna / Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 23.07.2010 a 26.09.2010 Curadoria: Isabel Carlos.

(4) Ver [página do programa](#) a que recorro ao longo deste artigo e carta programática do programador geral António Pinto Ribeiro.

(5) “Próximo Futuro”, *Jornal Próximo Futuro*, n. 1, Abril, 2009.

(6) Rui Vilar, “Programa Gulbenkian – Próximo Futuro”, *Jornal Próximo Futuro*, n. 1, Abril, 2009, p. 3.

(7) António Pinto Ribeiro, “Próximo Futuro”, *Jornal Próximo Futuro*, n. 1, Abril, 2009, p. 4.

---





À ESPERA DO  
PRÓXIMO FUTURO

## Nota dos editores: este texto continuará na próxima Newsletter MEMOIRS

Margarida Calafate Ribeiro é investigadora-coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, projeto Memoirs - Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias (ERC Consolidator Grant n.º 648624) e responsável pela Cátedra Eduardo Lourenço, Camões/ Universidade de Bolonha (com Roberto Vecchi).

MEMOIRS é financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 da União Europeia (n.º 648624) e está sediado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

